

**Rectificação n.º 74/2005.** — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 294, de 17 de Dezembro de 2004, o aviso n.º 11 772/2004, a p. 18 814, rectifica-se que onde se lê:

«9.º Helena Maria Guedes Sanches Pires — DF Setúbal.  
[...]  
23.º João Brito Ferreira Velasco Sousa — DF Porto.  
[...]  
50.º Felismina Dulce Machado Peralta — DF Lisboa.»

deve ler-se:

«9.º Helena Maria Guedes Sanches Pires — DF Porto.  
[...]  
23.º João Brito Ferreira Velasco Sousa — DF Viana do Castelo.  
[...]  
50.º Felismina Dulce Machado Peralta — DF Porto.»

7 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

### Direcção-Geral do Património

**Despacho n.º 1172/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no despacho n.º 22 245/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 256, de 30 de Outubro de 2004, subdelego no chefe de divisão de Estratégia e Projectos Especiais, licenciado José António Monteiro Barreiro, as seguintes competências:

- Assinar o expediente ou correspondência necessários à instrução dos processos ou subsequentes à emissão de despacho, com excepção do que for dirigido a chefes dos gabinetes dos membros do Governo, presidentes de institutos públicos, presidentes de câmaras municipais, directores-gerais e subdirectores-gerais ou equiparados;
- Autorizar a justificação de faltas, o início das férias e o seu gozo interpolado, de acordo com o mapa superiormente aprovado, bem como a alteração e acumulação dos períodos de férias dos funcionários da respectiva unidade orgânica;
- Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença dos funcionários da respectiva unidade orgânica;
- Transmitir toda a documentação necessária ao trabalho inspeccionado sobre os bens do domínio público e privado do Estado, ou ao desenvolvimento de projectos de rendibilização do património imobiliário, em execução das decisões tomadas;
- Emitir credenciais para efectuar registos de imóveis nas conservatórias de registo predial e inscrições matriciais;
- Autorizar deslocações em serviço.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 22 de Junho de 2004, considerando-se ratificados todos os actos praticados no âmbito das matérias objecto do mesmo desde aquela data.

5 de Janeiro de 2005. — O Subdirector-Geral, *José Miguel Fernandes*.

### Direcção-Geral do Tesouro

**Despacho (extracto) n.º 1173/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 31 de Dezembro de 2004 da director-geral do Tesouro, no uso de competência própria:

Maria Margarida Santos Ubach Chaves e Maria de Lurdes de Jesus Fernandes Lima, titulares dos lugares de técnico superior do tesouro especialista, da carreira técnica superior do tesouro, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, e obtida confirmação da declaração de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, assessores do tesouro da mesma carreira e quadro de pessoal, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Janeiro de 2005. — A Directora-Geral, *Maria dos Anjos Nunes Capote*.

### Instituto de Informática

**Despacho n.º 1174/2005 (2.ª série).** — 1 — No cumprimento da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, nomeadamente do artigo 21.º, «Seleccção

e provimento dos cargos de direcção intermédia», foi publicitada a vaga para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de Recursos Humanos do Instituto de Informática na bolsa de emprego público, com o código de oferta OE200412/0035, e no jornal *Correio da Manhã*, de 3 de Dezembro de 2004.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da referida lei, «A escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

3 — Considerando que o perfil pretendido se caracteriza por larga experiência nas áreas de administração, gestão e desenvolvimento de recursos humanos, planeamento de actividades, controlo de execução e avaliação de desempenho;

4 — Analisadas as duas candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes apresenta um *currículum vitae* mais adequado às atribuições e objectivos do cargo.

5 — Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, a assessora principal Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de Recursos Humanos do quadro de pessoal dirigente do Instituto de Informática.

### Nota curricular

#### Identificação

Nome — Luísa Maria Pinheiro Almeida Fernandes.  
Naturalidade — Sesures, Penalva do Castelo, Viseu.

#### Habilitações académicas

De base — licenciatura em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa.

Outras:

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;  
Curso de administração (nível de pós-graduação) pelo Instituto Nacional de Administração.

#### Situação profissional

Categoria profissional — assessora principal.  
Organismo a que pertence — Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

#### Experiência profissional

Em 15 de Janeiro de 1973 iniciou funções no Centro Nacional de Pensões na carreira administrativa, na área de convenções internacionais no âmbito da segurança social.

Desde 30 de Setembro de 1985 exerceu funções técnicas superiores em vários organismos e áreas, designadamente:

Junta Nacional de Investigação Científica (JNICT) — área de documentação e informação;  
Instituto de Informática — planeamento de sistemas de informação e desenvolvimento organizacional;  
Direcção-Geral da Aviação Civil (DGAC) — gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais;  
Direcção-Geral do Orçamento (DGO) — reforma da administração financeira do Estado (RAFE) — apoio técnico à implementação, em vários organismos, do SIC e SRH;  
Durante os anos de 1998 e 1999, na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, foi responsável, designadamente, pela área de gestão da formação da DGO e pela elaboração do balanço social;  
Instituto de Gestão da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública (IGDAP) — apoio técnico ao 2.º recenseamento geral dos recursos humanos da Administração Pública.

De 5 de Março a 30 de Novembro de 2002 exerceu, em regime de substituição, o cargo de directora dos Serviços Administrativos da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde (DGIES).

De 1 de Dezembro de 2002 a 26 de Outubro de 2004 exerceu funções no Gabinete de Estudos do Instituto de Informática, sendo responsável, designadamente, pelo planeamento, controlo de execução e avaliação do desempenho das actividades do Instituto, garantindo a elaboração do plano e relatório de actividades, bem como dos relatórios intermédios de avaliação de desempenho.

Desde 26 de Outubro de 2004 nomeada, em regime de substituição, directora de serviços de Gestão de Recursos Humanos do Instituto de Informática.